

Foto de Nestor Muller

Foto de Gildo Loyola



Na opinião do ex-governador Élcio Álvares, a cidade de Vitória está implodida, sem áreas livres



Políticos e comerciantes de Vila Velha defendem a transferência de capital para Vila Velha

Vila Velha se mobiliza para ser capital do Estado

Plebiscito em novembro
vai definir
se capital continua
em Vitória

Cláudia Feliz

Espírito Santo, capital Vila Velha. Não se trata de ignorância ou falta de informação, mas apenas a constatação de uma realidade que poderá se viabilizar através de um plebiscito previsto para 15 de novembro, no artigo 3º das Disposições Transitórias da Constituição estadual. No contexto econômico vivido pelo país, a materialização da idéia é vista como algo absurdo por muita gente que considera o tema não-prioritário, e o plebiscito ainda não mobiliza a comunidade capixaba. O município onde se deu, há quase 455 anos, o início do processo de colonização do Estado, é o que possui o maior número de habitantes — 278.194, segundo o IBGE — superando a própria capital, Vitória. E o aspecto histórico-cultural é um dos fortes argumentos de quem defende a transferência da capital para Vila Velha, além de um outro fato: sua ampla extensão territorial.

Vitória, na opinião de pessoas como o prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, e o ex-governador Élcio Álvares, não tem mais como expandir. O estrangulamento da atual capital, com um trânsito caótico na região central, onde estão instalados os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — é um de seus pontos negativos. Anders diz que a Prefeitura vai pa-

ta o desenvolvimento rumo ao Sul, especialmente a partir de Itaparica, até Guarapari.

No Governo de Álvares eleitores de Vila Velha e Vitória chegaram a votar num plebiscito que visava a consultar a população sobre a unificação dos dois municípios. A proposta venceu em Vila Velha mas perdeu em Vitória, numa ocasião em que, segundo Álvares, os vereadores, principalmente, teriam feito campanha contrária à idéia, temendo a redução do número de vagas na Câmara, que seria uma só. Ainda hoje ele acha que a unificação seria a melhor proposta, mas o plebiscito proposto pelo deputado Levi Aguiar estabelece mesmo a transferência.

“Vila Velha tem muitas áreas livres, onde poderá acontecer uma explosão urbana planejada. Vitória, ao contrário, está implodida”, diz o ex-governador, que garante ter iniciado, em seu Governo, as obras da Terceira Ponte justamente visando ao deslocamento do eixo urbano para Vila Velha. “A tese de mais de dez anos está viva”, diz ele.

O prefeito Anders admite que a transferência dos três poderes para Vila Velha — fato implícito na sua condição de capital do Estado — significa gastos acentuados. Mas vê vantagens a médio e longo prazos. “Não teríamos uma nova capital da noite para o dia. A implantação pode durar anos e Vitória não perderia nada deixando de ser capital, porque já é um município estruturado. Primeiro teríamos o ônus, mas depois viriam os benefícios, porque Vila Velha ganharia estrutura com a transferência dos poderes. Além disso, o status de capital dá mais peso político para obtenção de atenção junto ao Governo Federal, e não se pode esquecer o aspecto histórico-cultural. Foi aqui que a colonização

incentive ali a instalação de atividades de prestação de serviços, entre outros projetos”, diz o secretário.

Turfa e PDU

Técnico do Instituto Jones dos Santos Neves e secretário do Planejamento da PMV, Fernando Bettarello admite que a extensão territorial — são 536 quilômetros, contra os apenas 81 quilômetros quadrados de Vitória — é fator significativo, mas lembra que geologicamente o município possui grande quantidade de terras que exigem muitos recursos para se tornarem indicadas para construção. “Do rio Jucu à baía há turfa (região de Vale Encantado), na região da nascente do rio Aribiri (rodovia Darly Santos) a restinga baixa também exige aterro. Os bons terrenos estão ao longo da Costa, na rodovia do Sol, como a região de Itaparica, cuja vocação é residencial”, assegura.

Bettarello, em relação ao fato de estar o centro de Vitória “saturado”, admite que desde 1984 não se constrói um único prédio na região, mas lembra que o PDU de Vitória estabeleceu o Aterro do Suá como zona institucional. O local é próximo às quadras em torno da Terceira Ponte e “dependendo da vontade política”, seria indicado para a instalação dos prédios dos três poderes e os demais serviços de apoio. “Isso desafogaria o centro da cidade, embora a revitalização da região, aliada às melhorias nas condições de estacionamento e transporte coletivo, possam ter um efeito muito bom. Isso permitiria que as atividades político-administrativas permanecessem onde estão”, diz ele.

Mas Vila Velha, cujo PDU está em vias de ser enviado à Câmara de Vereadores, também planejou espaços para suas regiões administrati-

Max Mauro diz que deseja há anos ver Vila Velha como capital, mas admite que o Estado terá de investir, criando condições para que o município possa se desenvolver como tal. Há quem diga que o governador sonha em ser, de novo, prefeito de Vila Velha. Seria então o primeiro da nova capital do Espírito Santo. Pelo menos atualmente ele garante não ter essa pretensão, embora já venha realizando várias obras no município. “Garanto que, na Grande Vitória, foi Cariacica quem mais recebeu obras do meu Governo”, diz ele.

O presidente da Câmara de Vitória, Adelson Álvares, ao contrário do seu colega de Vila Velha, acha que os vereadores da capital, em sua maioria farão campanha contra a mudança da capital. Diz que para ele, fala mais alto o aspecto efetivo que o liga a cidade. O deputado Lúcio Merçon, autor da subemenda que garantiu o direito de voto, no plebiscito, a todo o eleitorado do Espírito Santo, também acha que a transferência da capital para Vila Velha, “dificilmente acontecerá”. A campanha, na sua opinião, será difícil.

O prefeito de Vitória, Vítor Buaiz, garante que não fará campanha a favor. “Que benefícios o Espírito Santo teria com essa mudança?”, pergunta, frisando que ela não é prioritária. “O centro do poder político está aqui e vai continuar sendo mesmo que Vila Velha venha a ser a capital futuramente”, diz ele, lembrando a infra-estrutura que a cidade, ocupada por volta de 1551, dispõe. Somente 15% das ruas do município não são pavimentadas embora, a exemplo de Vila Velha, ele não disponha de rede de esgotos.

capital, Vila Velha se tornaria conhecida nacionalmente, tendo suas atividades turísticas e comerciais incrementadas. “O Estado injetaria aqui mais recursos e perderíamos a característica de cidade-dormitório”, raciocina”. Na próxima quarta-feira o assunto estará sendo discutido na reunião da associação”.

Comunidades

Na área imobiliária, os corretores Wilson Gouveia e Augusto Nideck também não têm dúvidas de que o ‘sim’, no plebiscito, significará benefícios para quem constrói e vende imóveis. “Teríamos uma capital mais moderna, planejada. Hoje a Terceira Ponte praticamente uniu os dois municípios”, diz Nideck. Gouveia, por sua vez, garante que o progresso “corre para o Sul”, o mesmo raciocínio de prefeito Anders, que pergunta: “Para onde Vitória irá se expandir?”

E as comunidades, o que pensam? Ivo Santana, presidente do Conselho Popular de Vitória, diz que as comunidades da capital ainda não iniciaram a discussão do assunto (deverá iniciá-la no próximo dia 24, quando debaterão o possível ingresso na Justiça contra dois artigos da Lei Orgânica municipal), mas admite que há rejeição à mudança. Particularmente, porém, não acha que o atendimento aos bairros, pela Prefeitura, mudaria caso houvesse a transferência da capital para Vila Velha. “Acho que o Estado tem mais no que pensar, e entendo que se a mudança precisa acontecer, que se leve a capital para outra região. A Grande Vitória já está repleta de problemas, completamente inchada”, raciocina.

O secretário geral do Conselho Comunitário

Vila Velha se mobiliza para ser capital do Estado

A117619

Plebiscito em novembro vai definir se capital continua em Vitória

Cláudia Feliz

Espírito Santo, capital Vila Velha. Não se trata de ignorância ou falta de informação, mas apenas a constatação de uma realidade que poderá se viabilizar através de um plebiscito previsto para 15 de novembro, no artigo 3º das Disposições Transitórias da Constituição estadual. No contexto econômico vivido pelo país, a materialização da idéia é vista como algo absurdo por muita gente que considera o tema não prioritário, e o plebiscito ainda não mobiliza a comunidade capixaba. O município onde se deu, há quase 455 anos, o início do processo de colonização do Estado, é o que possui o maior número de habitantes — 278.194, segundo o IBGE — superando a própria capital, Vitória. E o aspecto histórico-cultural é um dos fortes argumentos de quem defende a transferência da capital para Vila Velha, além de um outro fato: sua ampla extensão territorial.

Vitória, na opinião de pessoas como o prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, e o ex-governador Elcio Álvares, não tem mais como expandir. O estrangulamento da atual capital, com um trânsito caótico na região central, onde estão instalados os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — é um de seus pontos negativos. Anders diz que a Prefeitura vai patrocinar uma campanha de conscientização do eleitorado capixaba pelo voto favorável à transferência, mas frisa que não deseja que o plebiscito venha a originar uma briga política envolvendo os dois municípios vizinhos. Mesmo porque, todos os prefeitos da Grande Vitória e o próprio Governo do Estado já promovem discussões em torno da criação da Região Metropolitana, que deve envolver também Viana, Serra e Cariacica.

Não há, entre os que defendem o 'sim', no que diz respeito à mudança da capital do Estado para Vila Velha — e aí estão incluídos alguns políticos e comerciantes, principalmente — quem não faça questão de frisar que o fato relete uma visão do futuro. Um futuro que proje-

ta o desenvolvimento rumo ao Sul, especialmente a partir de Itaparica, até Guarapari.

No Governo de Álvares eleitores de Vila Velha e Vitória chegaram a votar num plebiscito que visava a consultar a população sobre a unificação dos dois municípios. A proposta venceu em Vila Velha mas perdeu em Vitória, numa ocasião em que, segundo Álvares, os vereadores, principalmente, teriam feito campanha contrária à idéia, temendo a redução do número de vagas na Câmara, que seria uma só. Ainda hoje ele acha que a unificação seria a melhor proposta, mas o plebiscito proposto pelo deputado Levi Aguiar estabelece mesmo a transferência.

"Vila Velha tem muitas áreas livres, onde poderá acontecer uma explosão urbana planejada. Vitória, ao contrário, está implodida", diz o ex-governador, que garante ter iniciado, em seu Governo, as obras da Terceira Ponte justamente visando ao deslocamento do eixo urbano para Vila Velha. "A tese de mais de dez anos está viva", diz ele.

O prefeito Anders admite que a transferência dos três poderes para Vila Velha — fato implícito na sua condição de capital do Estado — significa gastos acentuados. Mas vê vantagens a médio e longo prazos. "Não teríamos uma nova capital da noite para o dia. A implantação pode durar anos e Vitória não perderia nada deixando de ser capital, porque já é um município estruturado. Primeiro teríamos o ônus, mas depois viriam os benefícios, porque Vila Velha ganharia estrutura com a transferência dos poderes. Além disso, o status de capital dá mais peso político para obtenção de atenção junto ao Governo Federal, e não se pode esquecer o aspecto histórico-cultural. Foi aqui que a colonização começou. Outro fato: capitais recebem maior percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por exemplo", garante Anders.

O secretário da Fazenda da Prefeitura de Vitória, Geraldo Oliveira, contudo, diz que não. O FPM, segundo ele, está relacionado apenas à área territorial e a população do município, o que já conferiria a Vila Velha um valor maior. "A ilusão vendida para Vila Velha, no sentido de que a receita aumenta só pelo fato de ela tornar-se capital não existe. É claro que o status político é uma realidade, dando mais peso na conquista de recursos estaduais e federais. Mas, independente de tornar-se capital, o município, com sua extensão territorial, estará muito mais dinamizado nos próximos dez anos, principalmente se for traçada uma política tributária que

incentive ali a instalação de atividades de prestação de serviços, entre outros projetos", diz o secretário.

Turfa e PDU

Técnico do Instituto Jones dos Santos Neves e secretário do Planejamento da PMV, Fernando Bettarello admite que a extensão territorial — são 536 quilômetros, contra os apenas 81 quilômetros quadrados de Vitória — é fator significativo, mas lembra que geologicamente o município possui grande quantidade de terras que exigem muitos recursos para se tornarem indicadas para construção. "Do rio Jucu à baía há turfa (região de Vale Encantado), na região da nascente do rio Aribiri (rodovia Darly Santos) a restinga baixa também exige aterro. Os bons terrenos estão ao longo da Costa, na rodovia do Sol, como a região de Itaparica, cuja vocação é residencial", assegura.

Bettarello, em relação ao fato de estar o centro de Vitória "saturado", admite que desde 1984 não se constrói um único prédio na região, mas lembra que o PDU de Vitória estabeleceu o Aterro do Suá como zona institucional. O local é próximo às quadras em torno da Terceira Ponte e "dependendo da vontade política", seria indicado para a instalação dos prédios dos três poderes e os demais serviços de apoio. "Isso desafogaria o centro da cidade, embora a revitalização da região, aliada às melhorias nas condições de estacionamento e transporte coletivo, possam ter um efeito muito bom. Isso permitiria que as atividades político-administrativas permanecessem onde estão", diz ele.

Mas Vila Velha, cujo PDU está em vias de ser enviado à Câmara de Vereadores, também planejou espaços para suas regiões administrativas. Dois deles, segundo o prefeito, estão em Coqueiral de Itaparica e próximo à orla, em Itapoã. "O plano também inclui instalação de ciclovias, áreas de preservação permanente e disciplina as edificações. Com ele planejamos o desenvolvimento do município pensando no futuro", assegura.

No futuro também pensam o governador Max Mauro e o presidente da Câmara de Vila Velha, Hércules Silveira, ambos defensores do "sim" no plebiscito que pode ser realizado até mesmo no dia 3 de outubro, primeiro turno das eleições para a escolha do futuro governador do Estado — a Assembléia Legislativa, segundo o presidente do TRE, desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro, terá que oficialar o órgão sobre a realização da votação.

Max Mauro diz que deseja há anos ver Vila Velha como capital, mas admite que o Estado terá de investir, criando condições para que o município possa se desenvolver como tal. Há quem diga que o governador sonha em ser, de novo, prefeito de Vila Velha. Seria então o primeiro da nova capital do Espírito Santo. Pelo menos atualmente ele garante não ter essa pretensão, embora já venha realizando várias obras no município. "Garanto que, na Grande Vitória, foi Cariacica quem mais recebeu obras do meu Governo", diz ele.

O presidente da Câmara de Vitória, Adelson Álvares, ao contrário do seu colega de Vila Velha, acha que os vereadores da capital, em sua maioria farão campanha contra a mudança da capital. Diz que para ele, fala mais alto o aspecto efetivo que o liga a cidade. O deputado Lúcio Merçon, autor da subemenda que garantiu o direito de voto, no plebiscito, a todo o eleitorado do Espírito Santo, também acha que a transferência da capital para Vila Velha, "dificilmente acontecerá". A campanha, na sua opinião, será difícil.

O prefeito de Vitória, Vítor Buaiz, garante que não fará campanha a favor. "Que benefícios o Espírito Santo teria com essa mudança?", pergunta, frisando que ela não é prioritária. "O centro do poder político está aqui e vai continuar sendo mesmo que Vila Velha venha a ser a capital futuramente", diz ele, lembrando a infra-estrutura que a cidade, ocupada por volta de 1551, dispõe. Somente 15% das ruas do município não são pavimentadas embora, a exemplo de Vila Velha, ele não disponha de rede de esgotos.

Os representantes do comércio também se posicionam. Hamilton Rebello, presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo, diz que para a entidade interessa muito mais a unificação da Grande Vitória. Uma só Câmara de Vereadores, uma só Prefeitura e menos gastos, na sua opinião. Com a capital em Vila Velha ele acredita, contudo, que haveria uma certa expansão. "Levaríamos para lá nossas filiais, mas as sedes das grandes empresas permaneceriam em Vitória, que sempre será o centro comercial do Estado, mesmo não sendo capital", diz ele que, admitindo-se 'bairrista', vota contra a mudança.

Já o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Vila Velha, Helvécio Quintão da Silva, não tem dúvidas: uma vez

capital, Vila Velha se tornaria conhecida nacionalmente, tendo suas atividades turísticas e comerciais incrementadas. "O Estado injetaria aqui mais recursos e perderíamos a característica de cidade-dormitório", raciocina". Na próxima quarta-feira o assunto estará sendo discutido na reunião da associação".

Comunidades

Na área imobiliária, os corretores Wilson Gouveia e Augusto Nideck também não têm dúvidas de que o 'sim', no plebiscito, significará benefícios para quem constrói e vende imóveis. "Teríamos uma capital mais moderna, planejada. Hoje a Terceira Ponte praticamente uniu os dois municípios", diz Nideck. Gouveia, por sua vez, garante que o progresso "corre para o Sul", o mesmo raciocínio de prefeito Anders, que pergunta: "Para onde Vitória irá se expandir?"

E as comunidades, o que pensam? Ivo Santana, presidente do Conselho Popular de Vitória, diz que as comunidades da capital ainda não iniciaram a discussão do assunto (deverá iniciá-la no próximo dia 24, quando debaterão o possível ingresso na Justiça contra dois artigos da Lei Orgânica municipal), mas admite que há rejeição à mudança. Particularmente, porém, não acha que o atendimento aos bairros, pela Prefeitura, mudaria caso houvesse a transferência da capital para Vila Velha. "Acho que o Estado tem mais no que pensar, e entendo que se a mudança precisa acontecer, que se leve a capital para outra região. A Grande Vitória já está repleta de problemas, completamente inchada", raciocina.

O secretário-geral do Conselho Comunitário de Vila Velha, Davi Lopes da Silva, acha que para Vila Velha a mudança seria mesmo vantajosa. "As comunidades teriam mais atenção, os bairros ficariam mais estruturados, mas isso não é prioritário. Hoje o país vive muitas dificuldades", argumenta. Rodolfo Dalla Bernardina, da Associação de Moradores de Jardim da Penha, pensa até que Vitória se beneficiaria, porque ficaria descongestionada, mas também lembra a necessidade de se esgotar a discussão sobre o assunto. Já Eni Pereira Siqueira, presidente do Movimento Comunitário de Vila Garrido, diz que o acesso direto ao poder mudaria o aspecto que Vila Velha mantém hoje, embora tema pela perda de sua tranquilidade, do provincianismo e pela poluição das praias.